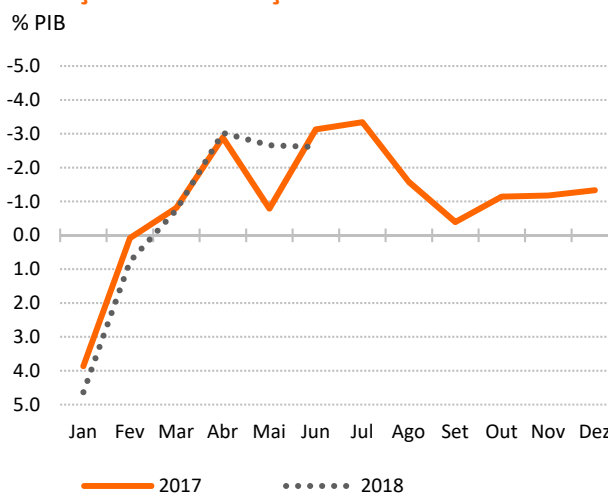


Receita fiscal e contributiva continua a suportar a melhoria das contas públicas até junho

Nos primeiros seis meses de 2018, o saldo orçamental melhorou em EUR 406 milhões face ao período homólogo (contabilidade pública), para EUR -2.62 mil milhões. O contexto económico favorável continuou a exercer um impacto positivo na evolução da receita fiscal e contributiva. Por outro lado, o diferente perfil de pagamento do subsídio de Natal e o reduzido grau de execução do investimento contribuíram, até junho, para um aumento da despesa substancialmente abaixo do orçamentado. Apesar da expectativa de aumento da despesa no final do ano, os riscos de execução orçamental continuam equilibrados, ainda que dependentes da evolução da receita fiscal e contributiva nos próximos meses. Mantemos a nossa previsão de -0.8% do PIB para o saldo orçamental em 2018.

- **O saldo global das Administrações Públicas registou uma melhoria nos primeiros seis meses do ano.** Até junho, o défice orçamental reduziu em EUR 406 milhões, para um total de EUR 2.62 mil milhões (o equivalente a -2.6% do PIB, de acordo com a nossa previsão para o PIB). Nota ainda para o aumento do saldo primário em EUR 494 milhões, para cerca de EUR 2.6 mil milhões até junho (equivalente a +2.6% do PIB).
- **A receita efetiva cresceu 2.5% entre janeiro e junho deste ano, destacando-se a receita fiscal e contributiva.** Os sinais positivos da economia (crescimento económico e melhoria do mercado de trabalho) continuaram a suportar a arrecadação de receita. Esse impacto teve reflexo, principalmente, no desempenho dos impostos indiretos (+4.3%) e das contribuições sociais (4.6%). No primeiro caso, o destaque vai para a arrecadação de impostos em sede de IVA (+4.4% homólogo), contribuindo em quase 70% para o crescimento homólogo dos impostos indiretos do Estado e mais de 70% do total da receita fiscal arrecadada até junho. Nota ainda para a queda do montante arrecadado em sede de IRS, relacionada com o pagamento dos reembolsos, ainda que de forma marginal em junho.
- **O crescimento da despesa, significativamente abaixo do esperado no Orçamento de Estado, continua influenciado pelo diferente perfil de pagamento do subsídio de Natal e pelo reduzido grau de execução do investimento.** Manteve-se a redução das despesas com pessoal, justificada pelo diferente perfil de pagamento do subsídio de Natal e pelo facto de o efeito previsto da primeira fase do descongelamento das carreiras ainda não estar integralmente refletido nesta rubrica. O aumento dos encargos com juros foi menos acentuado do que o que se tinha verificado até maio, refletindo o decréscimo dos juros junto do FMI, decorrentes das amortizações antecipadas de capital realizadas no ano anterior, e o efeito de base associado a pagamentos relativos a contratos *swap* em 2017, pelo Metro de Lisboa. O aumento da despesa efetiva em 1.3% é explicado em quase 80% pela rubrica “Aquisição de bens e serviços”, cujo desempenho continuou

Evolução do Saldo Orçamental: 2017 vs 2018



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

influenciado, em grande parte, pela regularização de dívidas ao Serviço Nacional de Saúde. Por fim, importa referir o reduzido grau de execução do investimento até junho, 34%¹, que compara desfavoravelmente com o mesmo período do ano anterior (43%).

- **As dívidas por pagar há mais de 90 dias continuam historicamente elevadas.** Em comparação com maio, estas dívidas aumentaram em EUR 58 milhões, atingindo cerca de EUR 1.03 mil milhões, um crescimento explicado na totalidade pelo incremento dos pagamentos em atraso dos Hospitais EPE. Ainda assim, em comparação com o período homólogo, verifica-se uma redução de EUR 43 milhões do total dos pagamentos por regularizar há mais de 90 dias.
- **Apesar da expectativa de aumento da despesa no final do ano, até ao momento os riscos de execução orçamental continuam equilibrados.** O pagamento da totalidade do subsídio de Natal no final do ano contribuirá para um aumento mais expressivo das despesas com pessoal e com pensões, contrariamente ao registado até junho. No entanto, a evolução positiva da atividade económica esperada para o resto do ano deverá contribuir para que a receita fiscal e contributiva continue a ser responsável por grande parte do crescimento da receita efetiva. De facto, estas duas rubricas foram responsáveis, praticamente, pela totalidade do incremento da receita total nos primeiros seis meses do ano (96%). Recorde-se que o Governo antecipa um défice de 0.7% do PIB para este ano, de acordo com a última projeção inscrita no último Programa de Estabilidade.

Execução Orçamental (Janeiro - Junho 2018) (Contabilidade Pública)

(milhões EUR)	Execução Orçamental		Variação Homóloga		Contribuições Junho 2018
	Junho 2017	Junho 2018	Δ 2018/17	OGE 18	
Receita Corrente	36,117	37,178	2.9%	4.2%	2.9%
Receita Fiscal	20,777	21,243	2.2%	3.4%	1.3%
Impostos Directos	8,472	8,408	-0.8%	1.8%	-0.2%
Impostos Indirectos	12,305	12,835	4.3%	4.7%	1.4%
Contribuições de Seg. Social	9,323	9,755	4.6%	4.3%	1.2%
Outras Receitas Correntes	5,768	6,136	6.4%	10.6%	1.0%
Receita de Capital	987	861	-12.8%	36.0%	-0.3%
Receita Efectiva	37,104	38,038	2.5%	5.2%	2.5%
Despesa Corrente	37,613	38,226	1.6%	5.2%	1.5%
Despesas com pessoal	10,110	9,928	-1.8%	0.9%	-0.5%
Aquisição de bens e serviços	5,269	5,689	8.0%	6.3%	1.0%
Juros e outros encargos	5,094	5,181	1.7%	2.1%	0.2%
Transferências correntes	16,249	16,452	1.3%	5.3%	0.5%
Subsídios	371	438	18.1%	0.0%	0.2%
Outras despesas correntes	515	524	1.6%	70.0%	0.0%
Despesa de Capital	2,513	2,429	-3.3%	22.1%	-0.2%
Despesa Efectiva	40,126	40,655	1.3%	6.3%	1.3%
Saldo Global	-3,022	-2,616	-13.4%	-	-
Saldo Primário	2,071	2,565	23.8%	-	-

¹ Cálculos efetuados considerando os dados do Orçamento de Estado 2018.

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

<i>(stock no final do período, milhões EUR)</i>	Dez 14	Dez 15	Dez 16	Junho 17	Dez 17	Junho 18*
Administrações Públicas	1,539	920	851	1,071	1,073	1,029
Admin. Central excl. Subs. Saúde	22	13	17	20	16	24
Subsector da Saúde	7	4	6	4	7	3
Hospitais EPE	553	451	544	806	837	773
Empresas Públicas Reclassificadas	3	15	13	12	12	12
Administração Local	437	242	150	125	104	112
Administração Regional	516	194	120	102	98	104
Outras Entidades	1	1	3	1	1	0
Empr. Públicas Não Reclassificadas	1	1	3	1	1	0
Total	1,539	921	854	1,072	1,074	1,029

Fonte: DGO.

Nota: (*) Valor provisório.

Publicação do Banco BPI preparada pela sua Área de Estudos Económicos e Financeiros que contém informações e opiniões provenientes de fontes consideradas confiáveis, mas o Banco BPI não garante a precisão do mesmo e não é responsável por erros ou omissões neles contidos. Este documento tem um objetivo puramente informativo, razão pela qual o Banco BPI não é responsável, em qualquer caso, pelo uso que dele se faz. Opiniões e estimativas são propriedade da área e podem estar sujeitas a alterações sem aviso prévio.

Banco BPI, SA - 2018

Rua Tenente Valadim, 284
Largo Jean Monnet, 1-9º

4100-476 Porto
1269-067 Lisboa

Telef.: (351) 22 207 50 00
Telef.: (351) 21 310 11 86

Telefax: (351) 22 207 58 88
Telefax: (351) 21 315 39 27

www.bancobpi.pt